

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.24, n.11-12, p.1-29 novembro/dezembro 2002

SUMÁRIO

O Brasil e as transformações estruturais recentes da economia mundial <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
A equivocada elevação dos juros <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	5
F inanças públicas: um desafio para o novo governo <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	7
TEMAS ESPECIAIS	
Desigualdade e pobreza no Brasil: os desafios do governo Lula <i>Silmara Cimbalista</i>	9
Cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável - Joanesburgo entre o sonho e o possível <i>Maria Carmen Mattana Sequinel</i>	12
Enfoque econômico da responsabilidade social <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	16
P araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Cléber Parnoff, Rafael Camargo de Pauli</i>	18
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	20

O Brasil e as transformações estruturais recentes da economia mundial¹

Gilmar Mendes Lourenço*

Desde o final dos anos 70, o mundo vem registrando profundas alterações na dinâmica e na forma de operação de seus sistemas econômicos. Tais modificações decorrem da sincronização de três movimentos, tangenciados por alguns fatores de natureza política ou institucional.

O primeiro movimento é representado pela globalização, conseqüência da acentuação da tradicional internacionalização dos mercados, dos fluxos econômicos e da própria atuação dos agentes, particularmente das corporações multinacionais, na tentativa de consolidação de suas estratégias de ocupação pulverizada dos diferentes espaços do planeta. Evidentemente, o fenômeno da globalização representa o amadurecimento de uma tendência antiga que superpõe estágios de internacionalização dos capitais produtivo (especificamente comercial e industrial) e financeiro.

O segundo movimento abrange a exaustão do regime de acumulação centrado na química e na metalmeccânica e o advento/efetivação de uma apreciável reestruturação produtiva, marcada pela revolução da microeletrônica. Há quem defenda inclusive que a troca do eixo dinâmico da economia mundial, com a incorporação e o avanço dos segmentos de tecnologia de ponta (informática, telecomunicações, robótica, biotecnologia, mecânica de precisão, novos materiais e química fina), estaria conformando a terceira Revolução Industrial.

Na verdade, a revolução científica e tecnológica implícita na progressiva supremacia do paradigma microeletrônico praticamente derrubou a organização da produção nos moldes fordistas, abrindo espaço para os processos flexíveis (supressão de estratos hierárquicos, trabalho em grupo e *just in time*). Ao mesmo tempo, operou-se uma reorganização dos mercados com propensão à formação e consolidação dos blocos econômicos (Nafta, União Européia, Mercosul, dentre outros).

O terceiro movimento corresponde ao que se convencionou chamar de acumulação financeira, derivada da enorme capacidade dos agentes econômicos, notadamente aqueles com maior densidade empresarial, de promover a multiplicação da renda, do patrimônio e do capital por meio de transações

nos mercados de câmbio, de ações e de títulos públicos.

O esboço da marcha de predominância dessa refinada agiotagem em escala mundial assumiu contornos bastante visíveis no final dos anos 70, com a decisão política do governo norte-americano na direção do rompimento com as regras emanadas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mais precisamente, em 1979, depois do segundo choque do petróleo (duplicação das cotações internacionais), o Sr. Volker, então presidente do *Federal Reserve Bank* (FED) – Banco Central dos Estados Unidos –, teria se retirado de uma reunião do Fundo, manifestando seu inconformismo com a progressiva depreciação do dólar e o decorrente comprometimento de sua característica de padrão monetário internacional.

Na seqüência, Volker elevou a *Prime Rate* – taxa preferencial de juros cobrada pelos bancos dos EUA dos tomadores com melhores avaliações de crédito – de 8% para 21,5% ao ano. Em linha análoga, a Libor (*London Interbank Offered Rate*) – ou taxa interbancária do mercado de Londres, praticada para as grandes operações de empréstimos entre as instituições que trabalham com eurodólares – subiu de 6% para 16,4% ao ano. Este choque de juros precipitou o mundo capitalista em uma enorme recessão.

Por extensão, a nova “terapia” empregada para a valorização do dólar provocou a intensificação da crise da dívida de alguns países do Terceiro Mundo, preponderantemente Polônia, México, Argentina e Brasil, materializada por uma onda de quebraadeiras em meio a um clima de escassez e de alto custo do crédito internacional, em razão do forte poder de atração exercido pela necessidade de financiamento do déficit fiscal dos EUA, que superava US\$ 1,5 trilhão, o que equivalia a quase 80% dos recursos em circulação no mercado interbancário mundial na época.

A rendição mundial ao fluxo de financeirização, retratada no hiato entre a rentabilidade dos ativos financeiros (moedas internacionais conversíveis e títulos) e os rendimentos das aplicações reais, explica o prolongado ciclo expansivo vivido pela economia norte-americana durante os anos 90, sustentado pela

*Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

ampliação dos investimentos nos segmentos da Nova Economia (tecnologia da informação) e pela impulsão do consumo pessoal associado à multiplicação da renda variável (ações).

A par disso, o mundo observava a estagnação econômica do continente europeu – em face da priorização do cumprimento dos preceitos do Tratado de Maastricht de 1992, que definia os rumos da União Européia e das negociações para a implantação de uma nova moeda (euro) – e a agudização da recessão japonesa, motivada pela desestruturação de seu sistema financeiro.

Todo esse processo de reprodução intangível do capital em favor da economia dos EUA, hegemônico a partir dos anos 80, foi beneficiado pela disseminação e incorporação traumática da doutrina neoliberal – armada no tripé constituído por abertura, desregulamentação e privatização – e pela praticamente eliminação da Guerra Fria, com o esfacelamento do Império Soviético e a queda do Muro de Berlim.

Nesse contexto, emergiu uma maior desenvoltura dos atores privados globais, na direção da imposição de seus padrões de eficiência e competitividade, qualitativamente mais exigentes quanto ao emprego de tecnologia e de recursos humanos, resultando em processos produtivos mais sofisticados e na realização de transferências financeiras em tempo real.

As mutações observadas no mundo capitalista constituem a raiz de algumas relevantes transformações e de um conjunto de problemas acontecidos nas principais economias da América Latina no final do século passado e neste começo de milênio.

No geral, as estratégias de inserção na globalização, de transformações das formas de relacionamento entre Estado e mercado e de abertura financeira promoveram incrementos exponenciais nas dívidas externa e interna dos países periféricos sem terem conseguido produzir os tão esperados “frutos bons” nos campos econômico e social, aprofundando o desemprego e a miséria, fatos reconhecidos pelo próprio Banco Mundial.

*China e Índia servem de exemplo
sobre como fazer uma abertura
econômica não-subordinada*

Nesse particular, as experiências da China e da Índia servem como ensinamento de como fazer diferente. Para esses dois países, a abertura foi encarada como contingência, jamais como estratégia. Assim, desde o início dos anos 90, ambos procuraram controlar, de forma rigorosa e seletiva, os fluxos de capitais, neutralizar o crescimento da dívida externa do setor privado e direcionar o investimento direto estrangeiro para ramos com potencial para alavancar exportações e/ou substituir importações.

Só a título de exemplo, a economia chinesa tem crescido a taxas superiores a 8% ao ano nos últimos

vinte anos, sua corrente de comércio (exportações mais importações) saltou de 16% do PIB em 1980 para quase 45% no final de 2001, sua taxa de investimento equivale a mais de 40% do PIB e suas reservas internacionais superam os US\$ 200 bilhões.

No caso brasileiro, é interessante recordar que, apesar de a submissão do país à nova dinâmica econômica liderada pelo capital financeiro datar dos anos 80, suas origens remetem à década de 70. Naquele período, enquanto a economia mundial promovia um substancial ajustamento recessivo diante da primeira crise do petróleo, ocorrida do final de 1973, o Brasil deflagrava um arrojado programa de inversões em insumos básicos e em bens de capital, previstos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o governo Geisel.

O objetivo básico da política econômica era atingir a complementação da industrialização por substituição de importações, que foi viabilizada pela combinação entre a pronunciada presença do capital estatal e o expressivo incremento no endividamento externo, especialmente através da captação dos petrodólares intermediados pelo mercado financeiro europeu.

Como resultado desse padrão de financiamento industrial, o Estado brasileiro acabou tornando-se o principal responsável pela impulsão da dívida externa do país, no intervalo em pauta, que subiu de US\$ 12,6 bilhões em 1973 para US\$ 49,9 bilhões em 1979. Dessa forma, o setor público foi forçado a absorver quase que integralmente os encargos do choque dos juros internacionais, engendrando a crônica crise fiscal e a subseqüente estratégia de seu financiamento, baseada na convivência perversa entre hiperinflação indexada e especulação financeira, neutralizada apenas parcialmente quinze anos mais tarde com a criação do Plano Real.

Nos anos 80, a adequação à crise obedeceu à adoção de um arcabouço econômico, sob a batuta do FMI, particularmente depois da moratória mexicana de 1982. Os programas recomendados pelo Fundo priorizavam a transferência líquida de recursos reais ao exterior, mediante a geração de enormes superávits comerciais, às custas de recessão e de deterioração da situação fiscal interna, ocasionada tanto pela queda de receitas inerente ao quadro de contração econômica quanto pelos incentivos e subsídios concedidos às exportações.

Em paralelo, a necessidade de esterilização dos saldos comerciais obrigava a crescente emissão de papéis do governo, financiados a juros cada vez mais elevados, anulando qualquer chance de êxito de todas as tentativas (ortodoxas, heterodoxas e mistas) de combate à inflação inercial adotadas pelas diferentes equipes econômicas da Nova República entre 1985 e 1989.

Já, nos anos 90, o ajuste ocorreu em sintonia com as reformas pró-mercado, definidas no Consenso de Washington no final do decênio dos 80 e recebidas e monitoradas pelo FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos EUA.

Sarney, Collor e Fernando Henrique montaram e aperfeiçoaram os instrumentos necessários à abertura comercial e financeira e à desnacionalização dos sistemas bancário e produtivo do país

Seguindo essas orientações, os sucessivos governos brasileiros (Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso) construíram mecanismos capazes de dar sentido aos desejos e/ou exigências externas de abertura comercial e financeira e de desnacionalização dos sistemas bancário e produtivo do país.

Tudo começou com o lançamento da Nova Política Industrial (NPI), no decurso do governo Sarney, no final de 1988, que, em represália à aprovação de uma Constituição supostamente protecionista pelo Congresso Nacional, exibiu um programa de drástica redução das alíquotas de importação.

A feita da lição prosseguiu com as Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) no governo Collor, assentada em dois instrumentos: o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), ambos com âncora financeira em algumas linhas de crédito do BNDES.

Na retórica, a estratégia reproduzia um choque de competitividade, defendido pelo BNDES desde o final da primeira metade dos anos 80, voltado à alteração radical da linha de atuação da instituição, privilegiando o apoio à inserção de empresas e ramos industriais do país na fronteira internacional. É claro que a recessão do período 1990-92, embutida nos Planos Collor 1 e 2, ou resultante do fracasso de ambos, contribuiu decisivamente para a execução do ajuste estrutural defensivo por parte da iniciativa privada.

Por fim, a tarefa de aceitação da agiotagem foi completada com a edição e implementação do Plano Real, a partir de julho de 1994. É sabido que a estabilidade monetária foi garantida quase que permanentemente pelo tripé câmbio baixo, juros altos e forte disciplina fiscal que, em contrapartida, ocasionou a fragilização das contas externas, sobretudo as de comércio, e a brechada no crescimento econômico do país.

Nessas circunstâncias, o déficit em transações correntes brasileiro saltou de US\$ 1 bilhão em 1994 para mais de US\$ 35 bilhões em 1998, coberto pela entrada de investimentos diretos estrangeiros, atraídos fundamentalmente pela possibilidade de aquisição de empresas nacionais privadas e públicas, estas últimas incluídas em um pouco criterioso programa de privatizações.

O mais grave, porém, é que a montagem e a operação da estratégia de controle da inflação mantiveram, de forma perene, a economia nacional à mercê dos humores da comunidade financeira

internacional, particularmente das correntes de capitais voláteis. Lembre-se que esses recursos aportam nos países emergentes, ou escapam destes, ao sabor dos ventos dominantes, caracterizados por fases de bonança ou de crises (fiscal e cambial) e recorrentes operações de socorro, como as do México (no final de 1994 e começo de 1995), da Ásia (entre junho e outubro de 1997), da Rússia (entre agosto e outubro de 1998), do Brasil (em dezembro de 1998 e janeiro de 1999), da Turquia (em 2001) e da Argentina (de 1999 até os dias atuais).

Assim, na busca desesperada de demonstrar à banca internacional a maior saúde da economia brasileira ante a de todos os demais países que adotaram modelos de estabilização semelhantes – tendo como núcleo a forte dependência do ingresso de recursos externos voláteis –, os *policy makers* insistiram, de um lado, na manutenção de reduzidas taxas de expansão do aparelho produtivo e, de outro, na crescente transferência de recursos da esfera privada para o setor público, necessária à obtenção dos superávits fiscais primários acordados com o FMI e direcionados ao pagamento de parcela dos estratosféricos juros das dívidas gêmeas: externa e interna.

Não por acaso, verificou-se significativo contraste nos resultados econômicos das empresas financeiras e não-financeiras atuantes no país entre 1994 e 2001. Segundo levantamentos realizados pela empresa ABM Consulting, o lucro real dos dez maiores bancos privados cresceu 180% no período. Enquanto isso, o PIB brasileiro variou apenas 25,1% (2,8% ao ano).

Concretamente, o que se nota é que os intermediários financeiros vêm perseguindo a preservação do topo no conflito distributivo, rolando a enorme dívida pública em troca do recebimento da maior remuneração real do mundo (12% ao ano), contra os 4,5% do México, 2,5% do Chile, 2% da Zona do Euro, 0,1% do Japão, -0,2% da Coreia e -0,1% dos EUA.

Por tudo isso, não constitui qualquer surpresa a queda brasileira no *ranking* mundial de competitividade elaborado anualmente pelo *International Institute for Management Development* (IMD), com sede em Lausanne na Suíça. Segundo aquela instituição, o Brasil recuou da 31ª para a 35ª posição entre 2000 e 2001, por conta do ambiente econômico desfavorável, incorporando as instabilidades externas e as incertezas eleitorais, da crise de energia elétrica e dos precários indicadores sociais apresentados, particularmente os das áreas de educação e segurança.

Na mesma direção, no *ranking* do Relatório Mundial de Competitividade 2002-2003, preparado pelo *World Economic Forum* (WEF), o Brasil declinou do 44º para o 46º lugar.

A respeito das variáveis sociais, segundo o Instituto Suíço, o Brasil ocupa o 49º posto no indicador “alunos por professor no ensino secundário”, o 45º lugar em analfabetismo e a 47ª posição em violência. Trata-se do secular crescimento econômico com exclusão social, também retratado pelos organismos internacionais.

NOTA

¹O arcabouço conceitual deste texto foi extraído de ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife: ANPUR, v.1, n.2, p.9-24, mar. 2000

A equivocada elevação dos juros

*Gilmar Mendes Lourenço**

O governo Fernando Henrique Cardoso está encerrando seu mandato em meio a uma desordem inflacionária, resultado da utilização do estilo mais conservador e equivocado de gestão econômica, confundindo inflação de custos com pressões de demanda e apregoando o emprego de juros reais elevados para sufocar a trajetória ascendente do nível geral de preços.

A estratégia também encontra reforço na interpretação corrente entre os meios oficiais e os analistas do mercado financeiro, dando conta da impossibilidade de o sistema de câmbio flexível controlar simultaneamente câmbio e inflação, e da existência de uma correlação direta entre juros reais e risco Brasil, este último determinado pelo substancial endividamento externo do país, evidenciado pela elevada relação dívida/exportações.

Assim, ao elevar a taxa básica de juros do país de 21% para 22% ao ano, em encontro ordinário promovido em 20 de novembro de 2002, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) praticamente reconheceu a rendição das autoridades às pressões especulativas que vêm influenciando negativamente o panorama macroeconômico brasileiro desde o mês de maio, depois da deflagração do calendário eleitoral.

Lembre-se que o Copom já havia autorizado uma rodada de majoração dos juros primários de 18% para 21% a.a., em reunião extraordinária acontecida em 14 de outubro. Na ocasião, o BC imputava a adoção da medida aos riscos de superação do teto da banda inflacionária para 2002, em face da disseminação de uma postura mais ofensiva dos agentes econômicos, no sentido do repasse das despesas indexadas ao dólar (que alcançava R\$ 3,90) à corrente de preços das cadeias de produção e de distribuição. Por isso, o Banco também resolveu estender por dois anos o intervalo temporal para o novo encaixe às metas inflacionárias.

Presentemente, a decisão incorporou as preocupações com o estouro da meta inflacionária para 2003, influenciado de forma relevante pela atual onda de remarcações de preços, ainda vinculada à desvalorização cambial, mesmo com a rota cadente do dólar, o que conduz também à constatação de posições antecipatórias de inflação elevada ou de reindexação. O governo chegou, inclusive, a acenar novamente com

a absurda possibilidade de existência de focos de inflação de demanda para respaldar a definição do novo patamar dos juros básicos.

Nessa linha, levantamento realizado junto a mais de cem bancos, fundos de pensão e institutos de pesquisa captou uma expectativa de inflação superior a 10% para 2002, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), suplantando o teto da meta de 5,5% acertado com o Fundo Monetário Internacional. Ressalte-se que o IPCA mede os preços formados exclusivamente no mercado interno, como os dos serviços (transportes, aluguéis, saúde, educação, etc.).

Frise-se que essa “pancada” monetária deve apresentar desdobramentos cumulativos desfavoráveis ao longo dos ciclos de transações, dado que os juros primários representam apenas a taxa praticada pelo BC para a rolagem dos títulos da dívida pública por um dia. Apesar de terem sido concebidos para propiciar a gestão da liquidez do sistema econômico, os papéis do governo sempre representaram ativos de primeira linha, indicando o piso da rentabilidade do mercado financeiro, devido à sua pronta liquidez e à plena garantia de recompra.

De pronto, a ausência de ingredientes inflacionários pelo lado da demanda pode ser confirmada pelos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), efetuada pelo IBGE. A pesquisa apurou que, em setembro de 2002, a renda média dos trabalhadores brasileiros contabilizou queda pelo 21º mês consecutivo. Mais do que isso, no período compreendido entre janeiro e setembro de 2002, o declínio no rendimento médio real para os trabalhadores com carteira assinada foi de 4%, e para os empregados por conta própria foi de 4,4%.

Ademais, a doença da aceleração das majorações dos preços não é tão generalizada como argumentam os defensores do tratamento com juros altos, registrando elevada presença dos bens de consumo duráveis e dos imóveis, de difícil contração imediata via juros, em razão, respectivamente, da

*Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

concentração do consumo nas classes média e alta e da estratégia de diversificação de ativos como reserva de valor.

No fundo, ao optar pela austeridade monetária, o BC selou a relação promíscua e velada que vem mantendo com o mercado financeiro no transcorrer de 2002, caracterizada, no último trimestre do ano, pela troca de rentabilidade com o câmbio pelos ganhos com os juros. A rebeldia dos preços advém dos choques de custos decorrentes da depreciação do real, que só podem ser agravados com a alta do preço do crédito.

A impressão que se tem é que, ao não conseguirem revogar os resultados das urnas, os mercados insistem em pressionar o BC na direção de um maior estreitamento do raio de manobra da política econômica em 2003, assegurando mais um ano de polpudos lucros financeiros.

De concreto, a nova impulsão dos juros deve aprofundar o cenário recessivo delineado para o começo de 2003, por conta do encurtamento do consumo – sobretudo daquele determinado pelas aquisições a prazo –, da produção e dos investimentos. Com isso, elevam-se os patamares de desemprego e os custos fixos das empresas, derivados da ampliação do grau de ociosidade dos equipamentos.

O desfecho desse processo será determinado pelo declínio das receitas fiscais e pelo aumento do déficit e do endividamento do Estado, comprometendo as metas de superávit primário das contas públicas e de redução/estabilização da relação dívida/PIB, acordadas com o Fundo Monetário Internacional.

Por uma ótica puramente econômica, o nível de risco Brasil ao redor dos 1.600 pontos não justifica juros

reais superiores a 11% ao ano, pois as taxas básicas reais costumam flutuar entre 1% e 4% a.a. para os países menos endividados e entre 3% e 6% a.a. para os maiores devedores, sendo que estes apresentam maior grau de risco.

Ao priorizar os juros altos, o BC busca o cumprimento das metas de inflação, ignorando a mobilidade dos capitais e a força dos movimentos especulativos

Rigorosamente, ao jogar com os juros altos no Brasil, o BC persegue primordialmente o cumprimento das metas de inflação, por meio da valorização artificial do câmbio flutuante, ignorando aparentemente a mobilidade dos capitais e o poder de fogo dos movimentos especulativos em momentos de postura vacilante da autoridade monetária.

Nessa situação, o aprimoramento do regime de metas de inflação, privilegiando o núcleo e isolando os elementos temporários, seria uma brecha relevante para uma provável decisão de diminuição dos juros, por parte do novo governo, antes da negociação das reformas estruturais com o Congresso Nacional. Até porque o começo de 2003 carrega um cronograma mais brando de vencimentos da dívida pública interna. Ainda que uma redução apreciável nos juros pudesse pressionar o câmbio em curtíssimo prazo, mais adiante a recuperação da economia forçaria o deslocamento dos ganhos dos rentistas para o lado real do sistema.

Finanças públicas: um desafio para o novo governo

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**

É consensual entre os analistas que o equilíbrio macroeconômico está estreitamente vinculado ao controle das contas públicas. Por isso, questões relacionadas à evolução da dívida do setor público e à rigidez da estrutura da despesa do governo federal vêm se destacando nas discussões acerca dos desafios do novo governo, que se defrontará com um quadro fiscal não muito favorável.

De acordo com dados do Banco Central, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$ 866,2 bilhões em outubro de 2002, valor que correspondeu a 59,9% do PIB brasileiro, muito acima do percentual de 29,3% relativo a janeiro de 1995, início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. É de conhecimento geral que esse expressivo aumento deriva principalmente dos ajustes patrimoniais realizados pelo atual governo, da utilização de instrumentos de política monetária voltados ao controle da inflação e à preservação da atratividade dos títulos públicos, da depreciação da taxa de câmbio e do déficit primário no acumulado do período 1995-1998, cabendo ressaltar que o modesto crescimento econômico também foi responsável pela elevação da relação dívida/PIB.

No que tange aos ajustes patrimoniais, sabe-se que o reconhecimento de dívidas antigas não registradas pelos governos anteriores (conhecidas como "esqueletos") contribuiu de forma significativa para a expansão da DLSP a partir de 1996, quando os referidos passivos passaram a ser contabilizados. Para evidenciar o impacto desse ajustamento, sem a inclusão dos esqueletos, a DLSP estaria cerca de doze pontos percentuais abaixo do patamar atual, considerando a dívida líquida como proporção do PIB.

O reconhecimento de passivos contingentes é tão expressivo que chega a superar o valor das amortizações realizadas com os recursos das privatizações, que correspondeu a 4,9% do PIB no acumulado do sexênio 1996-2001. Portanto, no cômputo geral, os ajustes patrimoniais (incorporação dos esqueletos e privatizações) tiveram impactos negativos sobre a DLSP, principalmente sobre a dívida mobiliária.

Da mesma maneira, as altas taxas de juros e a desvalorização cambial vêm pressionando fortemente a dívida pública. Segundo o BC, a depreciação da moeda nacional foi o principal determinante da evolução da DLSP nos dez primeiros meses de 2002, respondendo por uma variação de 11,3% da relação dívida/PIB, seguida das necessidades de financiamento (juros nominais menos superávit primário), com impacto da ordem de 2,3% (tabela 1). Essa pronunciada pressão do câmbio está diretamente relacionada à indexação de cerca de 25% da dívida mobiliária federal à variação do dólar, participação superada apenas pelos 52% referentes aos títulos atrelados à taxa Selic, condicionando o controle do endividamento do setor público à estabilização da cotação da moeda norte-americana e a uma política de juros menos restritiva ao crescimento econômico.

Além disso, serão necessários superávits primários elevados, próximos dos resultados verificados no triênio 1999-2001. É justamente nessa questão que se concentram os maiores desafios a serem enfrentados pelo futuro governo, dada a difícil conciliação do aumento dos investimentos e dos gastos sociais com um ajuste fiscal capaz de estabilizar, ou até mesmo diminuir, o estoque da dívida pública.

Como se sabe, a necessidade de obter superávits no resultado primário limita ainda mais a margem de manobra do Executivo Federal na elaboração do orçamento, visto que uma parcela menor das receitas passa a ser utilizada com liberdade pelo governo. Em 2002, aproximadamente 90% da receita bruta será destinada aos benefícios previdenciários, ao pagamento do funcionalismo, às transferências a estados e municípios, às despesas vinculadas a receitas e ao cumprimento das metas de superávit primário, restando, portanto, cerca de 10% do total para os gastos não predeterminados.

*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

Em outras palavras, a atual rigidez da estrutura da despesa da União, conjugada ao comprometimento de parte das receitas com o ajuste fiscal, impõe sérias restrições ao redirecionamento do gasto público, impedindo que sejam implementadas mudanças radicais na alocação de recursos. Obviamente, deve-se considerar que o descumprimento das metas fiscais redundará na indisponibilidade dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos internacionais e à proteção da moeda nacional, no caso de um ataque especulativo externo, não sendo, conseqüentemente, uma alternativa viável.

Da mesma forma, um aumento do gasto público baseado na instituição de impostos e/ou contribuições adicionais dificilmente será viabilizado, tendo em vista que a carga tributária brasileira já atinge exorbitantes 34% do PIB, patamar muito superior aos níveis internacionais. Por isso, resta ao futuro governo a opção das reformas voltadas à redução da vinculação de receitas a despesas específicas, à sustentabilidade do sistema previdenciário e à substituição de impostos de baixa eficiência social e econômica, somente para citar alguns exemplos, garantindo, desse modo, uma melhora qualitativa na arrecadação e na utilização dos recursos públicos.

TABELA 1 - DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - 2001-2002

FATOR	VARIAÇÃO ⁽¹⁾ (% PIB)	
	2001	2002 (JAN-OUT)
Necessidades de Financiamento do Setor Público ⁽²⁾	3,5	2,3
Desvalorização cambial	3,1	11,3
Reconhecimento de dívidas	1,5	0,8
Privatizações	-0,1	-0,2
Efeito do crescimento nominal do PIB	-4,1	-7,5
VARIAÇÃO DA DLSP	3,8	6,7

FONTE: Banco Central

(1) Variação acumulada no ano.

(2) Juros nominais e resultado primário.

Desigualdade e pobreza no Brasil: os desafios do governo Lula

Silmara Cimbalista*

Este artigo trata da recorrente desigualdade social no Brasil na última década e das novas propostas de construção de soluções por meio de um pacto social sugerido pelo governo eleito à Presidência da República, pela coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao longo da história das civilizações, o desenvolvimento científico e tecnológico, agregado à capacidade humana de entender a natureza e a partir dela produzir bens e serviços, tem alcançado níveis inquestionáveis de utilidade, qualidade e eficiência. Mas inúmeras invenções e avanços da ciência sem precedentes nas sociedades suplantam a difusão de seus frutos em termos de bem-estar das pessoas.

O Brasil continua sendo marcado como a terra dos contrastes sociais. As diferenças são ainda consideráveis nos padrões de bem-estar, levando-se em conta a quantidade de bens e serviços produzidos em comparação com os consumidos. Acumula-se a riqueza de um lado, contrastando com a inexistência de posses de outro. A máxima de que “muitos têm pouco e poucos têm muito” continua retratando a má distribuição de renda brasileira e, conseqüentemente, mostrando o nível de distribuição dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento científico e tecnológico das sociedades modernas.

Caracterizar as condições de pobreza e desigualdade no país não é uma tarefa simples, assim como fazer chegar a todos os cidadãos, e do mesmo modo, os benefícios da ciência e da tecnologia, sem discriminação de cor, idade, sexo, nível de instrução, ideologia, religião, trabalho ou renda.

A compreensão da pobreza deve estar interligada ao esforço em combater as causas estruturais e conjunturais das desigualdades. As ações devem ser de ordem duradoura, para atender problemas que obtenham resultados imediatos e inadiáveis e, provisória, para construir formas mais humanas e igualitárias de tratamento dos indivíduos na sociedade. O combate à pobreza é sinônimo do resgate da cidadania das camadas desfavorecidas da sociedade, dando-lhes condições de viver a sua vida sem as privações que a economia de mercado lhes tem trazido nos últimos tempos.

O desafio do próximo governo é modificar radicalmente o brutal padrão de desigualdade social instalado no país. Entende-se que cabe ao Estado o papel de indutor, catalisador, ordenador e vigilante das ações públicas de combate à pobreza. A qualificação da luta contra a exclusão social no Brasil exige, inicialmente, que se reconheça que o país não é pobre, mas que vem se debatendo por décadas com a implementação de políticas redistributivas sem resultados efetivos. Ou seja, se existem recursos disponíveis para erradicar a pobreza absoluta no país, por que isso não acontece? Em uma visão mais acurada, percebe-se que o problema não está só no campo econômico mas também no político, isto é, esbarra-se em estratégias e “vontade política”. O Brasil do século XXI não é um país pobre, mas extremamente injusto, desigual e com uma grande população de desfavorecidos.

O desafio do próximo governo eleito é modificar radicalmente o brutal padrão de desigualdade social instalado no país

A desigualdade no Brasil é recorrente e faz parte da história do país de tal modo que até parece ser algo natural. O extremo grau de desigualdade distributiva brasileira representa o principal determinante da pobreza. Tendo em vista o melhor entendimento da situação de desigualdade e pobreza no país, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou em 2001 uma pesquisa utilizando-se da interpretação de medidas tradicionais como o coeficiente de Gini, considerado um indicador consagrado em estudos e pesquisas difundidos na literatura sobre o tema. O Gini varia entre zero (0) e um (1,0). Zero equivaleria à perfeita igualdade: uma sociedade na qual todos teriam

*Mestre em Administração Pública pela FGV-RJ, técnica da equipe permanente desta publicação.

exatamente a mesma parcela da renda. Um, à situação teórica na qual toda a renda fosse apropriada por um único indivíduo.

Numa comparação entre países, o coeficiente de Gini revela que apenas a África do Sul e Malavi têm grau de desigualdade maior que o do Brasil. Das informações disponíveis, em um conjunto de 92 países, o coeficiente de Gini do Brasil está próximo de 0,60. Isso representa um padrão alcançado apenas por outros três países com maior grau de desigualdade: Guatemala, África do Sul e Malavi. De fato, 40 dos 92 países dispõem de um coeficiente de Gini entre 0,30 e 0,40, sendo que a maioria dos países sul-africanos apresenta valores mais elevados, no intervalo de 0,45 a 0,60. O Brasil possui o maior grau de desigualdade, com renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres, estando distante do que se considera um padrão internacionalmente razoável em termos de justiça distributiva.

A estrutura da distribuição de renda no país é perversa, e mais contundente ainda é a análise do período 1977-99 feita pelo IPEA, revelando que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade de renda é a sua intensa estabilidade, que vem acompanhando a sociedade brasileira ao longo de todo este período. Essa estabilidade significa que quase nada mudou em termos de diminuição dos índices de desigualdade, mostrando, na verdade, o estado crônico da má distribuição de renda no país.

A análise do cenário nessas duas décadas demonstra uma concentração de renda em que os indivíduos que correspondem à parcela dos 20% mais ricos da população se apropriam de uma renda média entre 24 e 35 vezes superior à dos 20% mais pobres; os 10% mais ricos, por sua vez, dispõem de uma renda que oscila entre 22 e 31 vezes acima do valor da renda obtida pelos 40% mais pobres da população brasileira.

De fato, parece razoável supor que a redução da pobreza só é possível com o aumento da renda *per capita* ou com a distribuição mais igualitária de renda; uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade. Partindo-se desta reflexão, o estudo do IPEA concluiu que a desigualdade encontra-se na origem da pobreza e que combatê-la é o grande desafio para qualquer governo.

Outro indicador que mede o nível de desigualdade nos países é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Mundo, o qual procura avaliar, em cada país, seu estágio de desenvolvimento. Para isso, tenta combinar os indicadores que costumam avaliar o desenvolvimento econômico (principalmente renda) com outros capazes de mensurar alguns aspectos do desenvolvimento social – principalmente nas áreas de educação e saúde, que se traduzem em indicadores

de escolaridade e de esperança de vida ao nascer. Juntos, esses três indicadores compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em julho de 2002, o PNUD publicou o IDH de 173 países, referentes ao ano de 2000. O índice do Brasil, que em 1999 atingira 0,750, subiu para 0,757 em 2000. O Brasil se situa entre os países de médio desenvolvimento humano e ganhou, desde o ano anterior, duas posições no *ranking* dos países presentes no relatório, passando da 75ª para 73ª posição. A educação, a expectativa de vida e a renda são os três elementos que o PNUD estuda para elaborar o índice. Nessa análise, a Noruega, pelo segundo ano consecutivo, lidera a lista de países com melhor IDH do planeta.

Numa perspectiva de mais longo prazo, o relatório indica que o IDH brasileiro cresceu de 0,713, em 1990, para 0,757 em 2000, e que o Brasil galgou oito posições, passando do 66º lugar em 1990 para 58º em 2000, entre os 135 países para os quais os dados são disponíveis nos dois anos em foco.

Com os dados do relatório, o Brasil se situou entre os 16 países que ganharam oito ou mais posições na década de 90. A expectativa de vida relativamente baixa dos brasileiros se deve à mortalidade infantil – 32 óbitos para cada mil crianças que nascem vivas. As mortes violentas, principalmente por homicídios, fazem com que a expectativa de vida dos homens seja oito anos menor que a das mulheres. Por isso, a possibilidade de um menino nascido entre 1995 e 2000 chegar aos 65 anos é de 40%, em comparação com os 20% de um país como a Costa Rica, enquanto que no caso de uma menina, neste país, essa probabilidade é de 25%.

Quanto à saúde, um dos fatores que incide diretamente na expectativa de vida, o PNUD reconhece que o Brasil conseguiu evitar uma catástrofe da saúde pública, graças às campanhas de prevenção, distribuição gratuita de medicamentos e tratamento contra a Aids.

O Brasil tem o mesmo Produto Interno Bruto *per capita* da média dos países latino-americanos, mas está atrás em educação e expectativa de vida. Apesar das pequenas conquistas na alfabetização de adultos, o país ainda possui um índice de alfabetização de 85,2%, uma expectativa de vida de 67,7 anos e uma renda *per capita* de 7.625 dólares.

O relatório afirma que o que determinou a melhora do IDH brasileiro entre 1999 e 2000 foi o crescimento da renda *per capita* ajustada com o poder de compra, pois a capacidade de transformar renda em qualidade de vida depende de políticas públicas adequadas. Isto é um sinal de que o bem-estar da população não corresponde na mesma proporção à renda média por habitante no Brasil, o 60º maior do mundo. Levando-se em consideração o fator educação, o Brasil fica em 83º na lista, apesar de ter conseguido aumentar em quase 10% o índice de alfabetização desde 1985 e de ter o 43º melhor índice bruto de matrículas do mundo.

O paradoxo brasileiro é ser um país rico com escassez de recursos para a erradicação da pobreza

Em termos de expectativa de vida, os números no Brasil são piores. O país ocupa o 102º lugar, abaixo das Filipinas, que têm metade da sua renda *per capita*. Entre 1995 e 2000, só conseguiu aumentar este índice em 7,7 anos, enquanto o Peru, por exemplo, partindo de um número bem mais baixo, conseguiu somar 12,6 anos à expectativa de vida de seus habitantes.

O IPEA não aceita estes dados e acusa o PNUD de continuar utilizando métodos obsoletos de análise de dados sobre educação e expectativa de vida. Segundo os índices atualizados do instituto, o Brasil deveria ocupar o 70º lugar, onze posições acima desde 1990, primeiro ano do informe do relatório.

Como já foi dito, o Brasil não é um país pobre mas sofre de escassez de recursos para erradicar a pobreza. Torna-se, portanto, imperativo que se implementem políticas eficazes de crescimento para erradicar a pobreza e, neste ponto, não parece ainda estar claro se o pacto social sugerido pelo novo governo eleito será a premente solução para o país. O projeto "Fome Zero" está sendo estruturado pelo novo governo eleito para atender com cupons de alimentação, no

primeiro ano, cerca de 9 dos 52 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza. Preliminarmente, o projeto custará R\$ 5 bilhões de reais. A proposta do pacto social tem sua utilidade, mas deverá estar atrelada a reformas e atendimento emergencial em alimentação e saúde das camadas mais desfavorecidas do país. O combate à fome é sem sombra de dúvida um problema emergencial, porém sem uma política de crescimento paralela é uma medida somente paliativa.

Na verdade, sabe-se que o início do governo Lula será de imensos desafios. O presidente eleito terá de combinar a consolidação da democracia com eficiência econômica e justiça social. Espera-se que mantenha a estabilidade e siga uma dura agenda de reformas em meio a infinitas demandas e cumprimento de promessas de campanha. Depois de decidir a composição de seu governo terá que cercar-se de consenso em torno de si mesmo. Até o presente momento, anteriormente à posse do presidente eleito, a equipe do novo governo tem se utilizado de critério e maturidade em suas ações. Parece que os primeiros passos estão sendo dados na direção certa. O grande contingente que elegeu o novo presidente está crédulo e esperançoso para os próximos quatro anos. Para o país, o momento é de oportunidade, uma virada na história que determinaria o início do fim de inúmeras injustiças e sofrimentos vividos pelo povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: a pobreza no Brasil**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td800.pdf> Acesso em: 15 nov. 2002.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.

NA classificação do IDH, a triste posição do Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 jul. 2002. p. A11.

NOTA IPEA 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/Nota_IPEA2002.doc> Acesso em: 20 out. 2002.

PRADO, Maria Clara R. M. Ataque à inércia da desigualdade. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 out. 2002. Opinião. p. A3.

Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível

Maria Carmen Mattana Sequinel*

Representantes de governos de mais de 150 países, grandes empresas, associações setoriais, organizações não-governamentais, milhares de pessoas, entre elas delegações e jornalistas do mundo inteiro, reuniram-se no final de agosto de 2002, em Joanesburgo, maior cidade da África do Sul, para a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável.

A Rio+10, como ficou conhecido o evento, ocorreu trinta anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, sediada em Estocolmo, em 1972, quando, pela primeira vez, a comunidade internacional se reuniu para discutir o meio ambiente global e as necessidades de desenvolvimento. A Conferência levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e à maior compreensão da urgência de se adotar um novo posicionamento diante das questões ambientais. Esse novo pensar sobre o meio ambiente uniu países industrializados e em desenvolvimento em torno de um objetivo comum e desencadeou uma série de Conferências Mundiais sobre temas como alimentação, moradia, população, direitos humanos, biodiversidade planetária e participação da mulher na sociedade, entre outros.

Em 1982, uma avaliação dos dez anos pós-Estocolmo aconteceu sob a supervisão do PNUMA, em Nairóbi, emergindo daí o clamor para a formação de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983. Em 1987, os resultados dessa Comissão deram origem ao Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, cuja principal recomendação era a realização de uma conferência mundial que direcionasse as questões do meio ambiente e do desenvolvimento ali levantadas.

Após a publicação do Relatório Brundtland, a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu realizar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992. Essa Conferência, também conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio ou simplesmente Rio-92 gerou os seguintes documentos: Agenda 21, programa de ação global com 40 capítulos; Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios por meio dos quais deveria ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta; Declaração de Princípios sobre Florestas;

Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.

Tais documentos, particularmente a Agenda 21 e a Declaração do Rio, definiram o contorno de políticas essenciais para se alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável que atendessem às necessidades dos menos favorecidos e reconhecessem os limites desse desenvolvimento em escala global. O termo “necessidades” deveria ser interpretado não apenas sob a ótica dos interesses econômicos mas sob a forma de criação de um sistema universal que privilegiasse tanto a dimensão ambiental quanto a humana.

Entretanto, a descrição de desenvolvimento sustentável prescrita pela Agenda 21 impunha mudanças radicais nos sistemas de valores e nos processos institucionais vigentes. Tal mudança jamais poderia ocorrer da noite para o dia.¹ Em 1997, quando a Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, conhecida como Rio+5, foi realizada para revisar a implementação da Agenda 21, uma série de lacunas foram identificadas, particularmente no que se refere às dificuldades para se alcançar a equidade social e reduzir os níveis de pobreza.

Tratava-se de uma situação comum a muitos países em desenvolvimento, provocada pelo aumento da pobreza, pela redução dos níveis de ajuda financeira internacional, pelo crescimento das dívidas externas e pelo fracasso no aperfeiçoamento de medidas como transferência de tecnologia, coordenação institucional e redução dos excessivos níveis de produção e consumo. A Rio+5 reforçou a necessidade de ratificação do que ficou acordado na Rio-92 e de maior eficiência na implementação do crescente número de convenções e acordos internacionais referentes ao meio ambiente e desenvolvimento.

A partir disso, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) sugeriu a realização, em 2002, de uma nova cúpula mundial, desta vez sobre Desenvolvimento Sustentável - A Cimeira da Terra, em

*Bacharel em Letras, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), técnica da equipe permanente desta publicação.

Joanesburgo, na África do Sul. O objetivo principal da Conferência seria rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as realizações às áreas que requerem um esforço adicional para sua implementação, assim como refletir sobre outros acordos e tratados da Rio-92. Essa nova Conferência Mundial levaria à definição de um plano de ação global, capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social da humanidade, com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras.

Durante os dez dias em que Joanesburgo foi o centro das atenções mundiais para as questões ambientais (26 de agosto a 4 de setembro de 2002), as esperanças de um mundo melhor, com respeito aos direitos humanos básicos, proteção ao meio ambiente e utilização equilibrada dos recursos naturais foram revigoradas. Nessa megaconferência das Nações Unidas, talvez uma das últimas do ciclo iniciado em Estocolmo há 30 anos e que teve seu ponto máximo no Rio de Janeiro, em 1992, as expectativas de que isso viesse a acontecer foram, em parte, frustradas pelos poucos resultados práticos alcançados em Joanesburgo.

É prematuro pensar que uma conferência bastaria para encaminhar a resolução de problemas tão graves e complexos como a fome, as doenças, a poluição ambiental, a devastação das florestas e os desníveis sociais do planeta.² Porém, a Cúpula de Joanesburgo deveria ser um momento privilegiado para a análise de tudo o que se havia definido em consenso e firmado pelos governos na conferência do Rio, e também o fórum adequado para se discutirem metas e prazos de implementação dos acordos ainda não cumpridos.

Dos mais de 150 países participantes, muitos apresentaram propostas concretas sobre como colocar em prática as diretrizes da Eco-92 que ainda não saíram do papel, principalmente as questões ligadas à Agenda 21. Entretanto, algumas propostas importantes não encontraram ressonância nas reuniões de grupos e plenárias do Centro de Convenções de Sandton, onde aconteceram as principais negociações da Rio+10. Blocos de países defenderam de forma intransigente seus interesses, como o *Juscanz* (Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), que sob a liderança dos norte-americanos – e com o apoio incondicional dos países árabes, grandes produtores de petróleo – boicotou, entre outras, as propostas do Brasil e da União Européia sobre energia.

Na batalha pelas energias renováveis, nem mesmo a aproximação com a União Européia conseguiu viabilizar a audaciosa e bem recebida proposta brasileira de substituição das matrizes energéticas poluidoras por fontes renováveis de energia em 10% até 2010. A energia foi tratada como tema ícone da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Na fase que antecedeu à Conferência, o Brasil alinhavou metas e prazos para as fontes renováveis de energia juntamente com os demais países da América Latina e do Caribe. Em Joanesburgo, apresentou a sua proposta de metas para os chamados novos renováveis, ou seja, fontes mais limpas de energia que incluem a energia solar, a eólica, a geotermal, a das pequenas

hidrelétricas e a da biomassa. Apoiada pelo movimento ambientalista, com destaque para o Greenpeace e o WWF (World Wildlife Fund), a proposta brasileira recebeu novos nomes, entre eles o de energia positiva, e se tornou o ponto central da participação brasileira na Conferência Mundial.

Desde o início da discussão dos temas, a batalha foi grande no grupo G-77/China.³ Apesar da resistência, o Brasil se manteve firme na defesa do estabelecimento de uma meta global que aumentasse em 10% a participação das energias renováveis até o ano de 2010. Isso possibilitaria a mitigação dos efeitos causadores das mudanças climáticas e poluição atmosférica, por meio da substituição gradual dos combustíveis fósseis.

As negociações em Joanesburgo foram longas e difíceis. Para se compreender melhor o clima de pessimismo e dificuldades enfrentado é preciso que se entenda o processo no qual se desenvolveram as duas megaconferências da ONU, a Rio-92 e a Rio+10. É necessário examinar a conjuntura geopolítica e mundial em que se deu cada um dos encontros.

A Rio-92 ocorreu em um clima que favorecia a cooperação internacional, apenas três anos depois da queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, quando a idéia da cooperação predominava sobre a lógica do conflito. Já a Rio+10 transcorreu em um cenário oposto, com um mundo marcado cada vez mais pelo conflito e pela desigualdade social crescente, tanto nos países ricos quanto nos países em desenvolvimento, o que minou sobremaneira o resultado final do encontro entre as nações.

Comparar as conferências da Rio-92 e da Rio+10 em termos de resultado é um erro, já que os dois eventos se propunham a alcançar objetivos distintos. Enquanto a Rio-92 se pautou pela obtenção de um consenso em torno da questão ambiental, o que foi obtido principalmente pela elaboração da Agenda 21, a pauta da Rio+10 era mais modesta, dispondo-se apenas a avaliar os avanços da Agenda 21 nesses dez anos e criar mecanismos que facilitassem medidas efetivas para a sua implementação.

Não se pode confundir as agendas, nem considerar os Estados Unidos como o único responsável pelo clima de pessimismo e insatisfação que tomou conta da Conferência Mundial. No entendimento do professor Wagner Costa Ribeiro, do Departamento de Geografia da USP, a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto⁴ não constava da pauta de negociações. Não adiantava exigir que Joanesburgo tivesse tomado essa decisão. Para ele, feita essa distinção, é necessário avaliar a que se propunha cada uma das duas Conferências Mundiais e o que elas obtiveram dentro de seus propósitos distintos.

Os resultados da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável deixaram em todos aqueles que se preocupam com a sobrevivência da civilização humana e do planeta um grande sentimento de frustração, em relação às expectativas iniciais geradas de se definir um plano de ação concreto para a resolução dos principais problemas diagnosticados dez anos antes,

na Rio-92. Na realidade, o que se conseguiu como resultado foi um plano de ação ou de implementação, não-vinculativo, de 153 longos parágrafos, sem qualquer sistema de monitoração ou sanção e uma Declaração Política aprovada às pressas, sem o peso e a legitimidade da Declaração do Rio.

Com relação à biodiversidade, houve algum avanço, mas também não há metas muito positivas no documento final. Mais uma vez, o Brasil teve papel importante nas negociações, articulando com o México uma aliança dos países chamados “megadiversos”, ou seja, as 15 nações que concentram em seus territórios cerca de 70% de toda a diversidade biológica do planeta. A importância dessa discussão se justifica pela necessidade de se criar um instrumento internacional de repartição de benefícios, para que os países detentores da maior parte da megadiversidade planetária participem dos resultados obtidos com a utilização de suas biodiversidades para fins científicos, farmacêuticos ou industriais.

O que fazer então depois de Joanesburgo?

A Rio+10 se constituiu indubitavelmente em um reflexo do agravamento da situação do planeta diagnosticada na Rio-92, já que pouco se conseguiu avançar em termos de tornar a Agenda 21 exequível. Defender o desenvolvimento sustentável como solução parece confundir o processo com o objetivo último ou, num sentido figurativo, o motor com o barco. Os impulsos do motor só serão eficazes se houver consenso sobre o destino do barco. Os movimentos aleatórios do motor, sem diretrizes, não tornam o barco mais estável e não garantem a sua chegada a um porto seguro. A força de sustentação então é a própria sociedade global, a ser impulsionada pelas ações autônomas e decisões conscientes de seus membros. Envolve, portanto, uma dimensão política raramente apresentada nos debates sobre o futuro da humanidade.

Se não foram atingidos plenamente os objetivos propostos pelas Nações Unidas, pelos muitos países

participantes e pelas ONGs que efetivamente têm preocupações e políticas para o desenvolvimento sustentável, talvez um resultado significativo da Conferência de Joanesburgo tenha sido a certeza de que não é possível um mundo unilateral, onde as decisões são tomadas apenas em função de interesses políticos e econômicos de um grupo de países dominantes ou de megacorporações. Nesse contexto, é fundamental maior participação da sociedade civil e suas organizações, sejam elas ambientalistas ou sociais.

Parece não restar dúvidas de que esse modelo de megacimeiras, com agendas demasiadamente vastas e abrangentes, conduz a uma “overdose” de negociações e barganhas. Cede-se em um lado para poder avançar em outro, e esse jogo é, sem dúvida, um fator limitante do equilíbrio necessário para as políticas sustentáveis.

No encerramento de sua participação em Joanesburgo, o presidente Fernando Henrique Cardoso enfatizou

O Encontro Mundial não avançou no caminho do nosso sonho, mas em outra direção, para percebermos que cada país tem que fazer a sua parte. Se formos esperar que os ricos venham fazer as coisas por nós, vamos esperar muito tempo e eles não farão nada. Nós é que temos que cuidar da nossa megadiversidade e fazer com que o nosso exemplo possa ser seguido.

Este foi o espírito de Joanesburgo. Diversidade de opiniões e posturas, muitas vezes conflitantes. A Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável não conseguiu produzir todos os avanços esperados. Cabe então às sociedades, e aos países realmente preocupados com a questão ambiental, continuar a luta por um mundo melhor para todos.

E, ainda que a Cúpula Mundial de Joanesburgo não tenha alcançado as metas desejadas para a salvação do planeta e de toda a sua diversidade, inclusive a humana, há caminhos possíveis e alternativas a serem construídas.

NOTAS

¹⁴A discrepância entre objetivos econômicos e ambientais não é de fácil solução. Os economistas pensam em crescimento. Os ambientalistas, em preservação. Os primeiros ainda fogem da conversa sobre “internalizar” no custo de bens, produtos e serviços as “externalidades” socio-ambientais, como poluição, desemprego e desperdício.” (ARNT, Ricardo. A cúpula da crise. **Folha de S.Paulo**, 24 ago. 2002. Caderno Especial Rio+10, 3).

²⁴Os ambientalistas advogam reformas de difícil implementação. A Agenda 21, por exemplo, programa de medidas de cada país para implantar o desenvolvimento sustentável, exigiu cinco anos de trabalho obstinado no Brasil. Mais de 40 mil pessoas participaram das discussões para identificar as prioridades estratégicas – uma das maiores consultas democráticas já feitas. A vanguarda ambientalista elencou centenas de propostas para os 21 objetivos da Agenda. Entre elas figuram universalizar o saneamento básico nos próximos dez anos, implantar redes de metrô e trens rápidos nas grandes aglomerações, democratizar a Justiça, universalizar o ensino em tempo integral e reestruturar o Proálcool, desvinculado dos interesses do velho setor sucroalcooleiro. Com que recursos? Como? A Agenda 21 mais parece uma árvore de Natal onde cada um pendurou um desejo.” (ARNT, Ricardo. A cúpula da crise. **Folha de S.Paulo**, 24 ago. 2002. Caderno Especial Rio+10, 3).

³O grupo foi criado antes da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e reúne mais de 140 países em desenvolvimento, incluindo a China, admitida em 1974. É nesse grupo bastante heterogêneo que o Brasil tem maior expressão, por sua tradição diplomática, tamanho do território, por sua economia e avanço tecnológico. (Nota do Autor)

⁴Na reunião preparatória da Rio+10 em Nova Iorque, o *Greenpeace* distribuiu um *checklist* aos delegados, contendo objetivos que, se implementados, seriam um primeiro passo para pôr fim a essa guerra contra o meio ambiente. De acordo com esses objetivos, não basta os governos e as indústrias honrarem os compromissos assumidos no Rio. É preciso ir além dessas promessas e tratar do abuso ambiental e da desigualdade social em âmbito global. Acima de tudo, o Greenpeace acreditava que a Cúpula deveria tomar medidas positivas para prevenir as perigosas mudanças climáticas que irão afetar todos os países, sejam eles ricos ou pobres. Além de ratificar o Protocolo de Kyoto, os governos deveriam assumir compromissos reais para um desenvolvimento limpo, que utilizasse energia de fontes renováveis. (GREENPEACE. **O que está em jogo na Rio+10**. Disponível em: www.greenpeace.org.br/rio+10. Acesso em: 28 out. 2002).

REFERÊNCIAS

SEQUINEL, Maria Carmen M. **O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba**: um estudo de caso. Florianópolis, 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – UFSC.

CORDEIRO, Jorge. **A Cimeira de Joanesburgo**. Disponível em: www.pcp.pt/avante/20020919.html. Acesso em: 21 out. 2002.

A CAMINHO de Joanesburgo, Rio+10 Brasil: balanço e perspectivas. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/destaque/joanesburgo.htm Acesso em: 28 out. 2002.

A DÉCADA perdida do ambiente. **Folha de S. Paulo**, 24 ago.2002. Caderno Especial Rio+10, 1.

FRACASSO de Joanesburgo equivale à condenação de morte. Disponível em: <http://ecosfera.publico.pt/noticia1457.asp>. Acesso em: 20 out. 2002.

Enfoque econômico da responsabilidade social

Gilmar Mendes Lourenço*

A divulgação do esforço social realizado pelas empresas privadas operantes no Brasil e a difusão do conceito de organização cidadã têm ocupado enorme espaço na mídia neste Ano Internacional do Voluntariado.

No fundo, desde a segunda metade da década de 90, a expressão *responsabilidade social* vem ganhando espaço entre as propostas e iniciativas das organizações privadas para o encaminhamento da resolução, ou ao menos o abrandamento, dos problemas mais prementes da sociedade brasileira: a dívida e a exclusão social. Daí, o progressivo envolvimento das empresas em projetos direcionados às áreas de educação, meio ambiente, crianças de rua, geração de renda e atividades culturais, vinculados à dinâmica das comunidades e/ou dos mercados por elas atingidos.

É impossível negar que essa maior aderência ao ambiente externo representa um pronunciado diferencial competitivo para as corporações, especialmente em uma economia de mercado caracterizada pela busca incessante de alternativas de agregação de valor aos produtos e serviços ofertados.

Cumprir lembrar aqui que aqueles passivos que se tentam equacionar foram construídos ao longo de mais de cinco decênios de aplicação de modelos centrados na valorização selvagem dos capitais produtivos e/ou financeiros e na marginalização da maioria da população do país dos frutos das fases ascendentes do ciclo econômico.

Em outras palavras, tanto a etapa de substituição de importações, maximizada entre as décadas de 50 e 70, quanto a travessia para a globalização com estabilização monetária, da segunda metade dos anos 90, revelaram sua absoluta incapacidade de modificar o panorama de perversa distribuição de renda do país e de precárias condições de vida de mais de um terço da população brasileira.

A omissão do Estado decorrente de sua crise financeira – nascida no final dos anos 80, limitando seu poder de gasto e de investimento, sobretudo em ambientes hiperinflacionários, predominantes entre 1988 e a fase pré-real dos anos 90, mascarados pela indexação generalizada da economia –, somada à retórica liberalizante, acentuada mundialmente depois do Consenso de Washington de 1988, incitou uma guinada na postura estratégica do setor privado.

As empresas operantes no Brasil passaram a se dedicar à organização de empreitadas mais efetivas e audaciosas no combate às mazelas sociais

Nesse sentido, e até como forma de preservação dos negócios em um clima mais competitivo e qualitativamente superior, as empresas procuraram diminuir sua condição de credor líquido do governo, por meio da rolagem dos títulos públicos, e passaram a se dedicar à organização de empreitadas mais efetivas e audaciosas no combate a tais mazelas.

De fato, num país em que o Estado abarca quase metade da riqueza gerada, ao impingir aos agentes econômicos (empresas e famílias) uma carga tributária superior a um terço do PIB e pagar uma conta de juros (internos e externos) próxima de 7% deste e, mesmo assim, assiste passivamente à deterioração do tecido social, afigura-se como premente uma virada do jogo.

Por exemplo, um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), comparando o fardo tributário e a renda *per capita* do Brasil diante de alguns países emergentes e outros avançados, constatou uma capacidade de suporte de pagamento de impostos de 24% do PIB. Ou seja, as famílias e empresas do país transferem ao governo mais recursos do que poderiam e recebem uma contrapartida em serviços públicos bastante inferior aos níveis mínimos requeridos.

Nesse contexto, várias empresas brasileiras passaram a incentivar e/ou decidir estrategicamente pela capacitação de seus recursos humanos, atrelada a programas de responsabilidade social. Contudo, a análise da proliferação dessas inovadoras posições das corporações não pode ignorar o caráter econômico embutido nas mesmas.

*Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

Até porque, conforme já observado, trata-se de uma adaptação às condições requeridas para a preservação e/ou ampliação do potencial de mercado. Atualmente, o exame dos resultados do Balanço Social das empresas constitui variável-chave na concessão de financiamento por parte dos organismos oficiais, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por isso, as companhias começaram a se despojar do enfoque de desempenho convencional – determinado pela equação direta custo *versus* benefício, pela produção eficiente de bens e serviços e pela busca de aumento da participação no mercado – e a introduzir variáveis ambientais e sociais nos critérios de gestão e, notadamente, nos exercícios de tomada de decisão. A propósito disso, estudo recente realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) revela que quase 60% das empresas privadas nacionais (com um ou mais empregados) executam algum tipo de trabalho social.

Mas é interessante sublinhar dois inconvenientes a serem melhor tratados. O primeiro corresponde à distância existente entre a retórica e a ação. Investigação também recente feita pelo Instituto Datafolha em 127 municípios brasileiros aponta que, apesar de 83% dos pesquisados terem reconhecido a importância das atitudes voluntárias, 73% admitem nunca terem realizado nada a respeito.

A segunda restrição repousa no fato de que a maior abrangência dessas atividades não substitui a necessidade da presença e participação estatal na definição das prioridades sociais, na alocação eficiente dos recursos escassos e na arbitragem dos conflitos, comuns em qualquer sociedade democrática, especialmente em ambientes de disparidades. A propósito, os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999 apontavam que os 20% relativamente ricos da população brasileira absorviam 64% da renda total, enquanto os 80% mais pobres ficavam com 20%.

Evidentemente, não compete ao mercado a regulação desses confrontos e/ou a reversão dos desequilíbrios sociais. Até porque, na maioria das vezes, as atitudes beneméritas das empresas e do cidadão na edificação do processo social não conseguem acompanhar a velocidade de deterioração do retrato social, ocasionada por políticas econômicas equivocadas e/ou desviadas dos objetivos estratégicos da nação. Sem contar que, em algumas ocasiões, as ações sociais se traduzem apenas em peças de marketing (imagem) para aproveitar as benesses fiscais implícitas na própria atividade.

Na verdade, a diminuição das desigualdades no Brasil impõe não a extinção, a privatização ou a minimização das funções do Estado. Tal tarefa exige a remodelação do setor público e a adoção de políticas que possam compatibilizar as demandas da “nova economia” e o pagamento das contas sociais deixadas pela “velha”. Essencialmente, essa seria a melhor conduta social da moderna macroeconomia. Levantamentos realizados pela empresa Johns Hopkins University revelaram que as inversões no Terceiro Setor (incluindo governo, ONGS e iniciativa privada) alcançaram 1,5% do PIB no Brasil em 1995, contra 7% nos Estados Unidos e 9,5% na Bélgica.

Lord John Maynard Keynes ficaria mais feliz com isso do que com recaídas intervencionistas, como a do governo Bush depois dos atentados terroristas de setembro de 2001. O grande mérito da teoria keynesiana foi examinar a dinâmica econômica sob a interferência combinada de três variáveis: o consumo privado, o investimento e os dispêndios públicos. A consistência macroeconômica requeria que a retração dos dois primeiros fosse compensada pela ampliação do esforço de gasto do setor público, financiada pela poupança excedente dos outros dois. Isso não seria responsabilidade social (pública e privada)?

AGROINDÚSTRIA

Cooperativas agropecuárias aumentarão os investimentos em 2003

De acordo com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), o setor cooperativista deverá investir R\$ 300 milhões no próximo ano.

Esses recursos, destinados à industrialização da produção agropecuária, serão viabilizados em grande parte pelo Programa de Desenvolvimento Cooperativo (Prodecoop). Nesse programa, serão cobrados juros de 10,75% ao ano, com prazo de financiamento de doze anos.

COOPERATIVAS vão dobrar investimentos em 2003 no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 nov. 2002. Caderno Economia, p.3.

Setor industrial registra bons resultados em setembro

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a produção industrial paranaense apresentou expansão de 9,57% em setembro, em relação ao mesmo mês do ano passado, superando em quatro pontos percentuais o resultado registrado em nível nacional. Esse significativo desempenho se deve principalmente ao aumento das exportações, que foram impulsionadas pela desvalorização cambial.

Em sintonia com a produção, as vendas, as compras e o consumo de energia elétrica da indústria paranaense apresentaram aumento de 3,37%; 32,26% e 2,9%, respectivamente.

GASPARIN, Mirian. Indústria do Paraná se recupera com a alta das exportações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 nov. 2002. p.17.

FÉLIX, Rosana. Produção industrial cresce 9,57% no PR. **Folha de Londrina**, 22 nov. 2002. Caderno Folha Economia, p.2.

INDÚSTRIA

Luneng Polycity instalará unidade no Paraná

No início de novembro, o governo do Estado e a Luneng Polycity, multinacional chinesa, assinaram protocolo de intenções para a instalação de uma fábrica de isqueiros em Quatro Barras, Região Metropolitana de Curitiba.

Com investimento inicial estimado em R\$ 12 milhões, a empresa deverá empregar entre 350 e 400 pessoas e produzir cerca de 8 milhões de isqueiros por mês, a partir de 2003.

GRUPO chinês investe R\$ 12 milhões em fábrica de isqueiros no PR. **Folha de Londrina**, 6 nov. 2002. Caderno Folha Economia, p.3.

Produção paranaense de automóveis apresenta queda

A produção paranaense de veículos leves vem apresentando queda neste ano. Tanto que a participação do Estado na produção nacional atingiu 8,4% no período janeiro a setembro de 2002, abaixo da marca de 11,04% relativa ao mesmo período do ano passado.

Dentre os fatores que levaram à queda da participação do Paraná, destacam-se a redução da produção da Renault, localizada em São José dos Pinhais, e o incremento produtivo registrado pelas plantas industriais recém-instaladas em outros estados.

POMBO, Luciana. Cai produção de carros no PR. **Folha de Londrina**, 27 nov.2002. Caderno Economia, p.2.

¹Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

²Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

COMÉRCIO EXTERIOR

Volvo dobrará a exportação de cabines

A Volvo do Brasil dobrará as vendas de cabines para a matriz sueca a partir do final de 2002. Com o novo contrato de fornecimento, as exportações saltarão de 300 para 600 unidades por mês, garantindo o atendimento da demanda do mercado europeu.

Localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a fábrica de cabines da Volvo recebeu investimentos de US\$ 55 milhões nos últimos cinco anos. Em 2002, deverão ser produzidas 8 mil cabines, das quais 3,1 mil serão destinadas ao mercado externo, representando um incremento de 50% em relação às exportações realizadas em 2001.

RIOS, Cristina. Volvo dobra embarques de cabines para a Suécia. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 6 nov. 2002. Caderno Região Sul, p. 1.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Emprego industrial cresce em setembro

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, o emprego na indústria paranaense cresceu 1,68% no mês de setembro, em comparação agosto. Esse aumento é superior à variação registrada pela indústria nacional, que atingiu 1,25%.

Dentre os ramos que apresentaram resultados positivos em nível estadual, destacam-se as indústrias de papel, gráfica, de vestuário e de máquinas eletrônicas.

ÍNDICE de emprego é o maior em dois anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 nov. 2002. p.21.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002 ⁽¹⁾	35 157	81 534	2 319	75 477	182 509	2 418	32 976	634 226	19 233

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002 ⁽¹⁾	123 840	121 121	978	356 560	28 843 490	80 894	50 193	61 217	1 220

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002 ⁽¹⁾	524 503	612 310	1 167	157 877	3 532 322	22 374	2 493 647	9 524 056	3 819

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002 ⁽¹⁾	505	1 075	2 129	3 310 560	9 506 642	2 872	1 057 204	1 480 444	1 400

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – SETEMBRO 2002

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
Janeiro	391 205	2 231 978	0,18	572 949	44 162	12,97	234 177	242 276	0,97	99 407	287 589	0,35
Fevereiro	382 490	2 239 258	0,17	575 808	44 198	13,03	242 854	242 603	1,00	101 588	288 342	0,35
Março	369 061	2 243 639	0,16	593 905	44 279	13,41	237 032	242 796	0,98	101 913	289 129	0,35
Abril	386 161	2 251 650	0,17	627 716	44 243	14,19	248 257	243 676	1,02	101 304	290 676	0,35
Mai	365 672	2 260 389	0,16	596 705	44 652	13,36	220 287	244 685	0,90	100 742	291 600	0,35
Junho	344 772	2 270 757	0,15	590 276	44 994	13,12	203 005	245 604	0,83	92 278	293 680	0,31
Julho	329 062	2 277 095	0,14	617 373	45 104	13,69	194 661	245 937	0,79	91 116	295 017	0,31
Agosto	340 915	2 286 273	0,15	646 204	45 148	14,31	204 552	246 600	0,83	86 662	296 305	0,29
Setembro	352 467	2 293 887	0,15	644 893	45 119	14,29	209 646	247 376	0,85	87 942	297 239	0,30
Outubro	352 403	2 298 053	0,15	610 363	45 184	13,51	206 515	247 889	0,83	88 429	298 055	0,30
Novembro	348 862	2 301 182	0,15	622 578	45 239	13,76	216 131	248 427	0,87	92 489	299 129	0,31
Dezembro	348 630	2 304 333	0,15	609 285	45 326	13,44	221 652	248 633	0,89	93 383	302 767	0,31
2002												
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-SETEMBRO 2002

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
Janeiro	56 288	3 857	14,59	45 094	3 302	13,66	2 804	1 031	2,72	1 401 924	2 814 195	0,50
Fevereiro	56 670	3 868	14,65	47 722	3 305	14,44	2 860	1 034	2,77	1 409 992	2 822 608	0,50
Março	56 806	3 885	14,62	41 615	3 314	12,56	2 722	1 031	2,64	1 403 054	2 828 073	0,50
Abril	56 618	3 885	14,57	43 920	3 285	13,37	2 716	1 019	2,67	1 466 692	2 838 434	0,52
Mai	56 649	3 892	14,56	45 376	3 324	13,65	2 697	1 024	2,63	1 388 128	2 849 566	0,49
Junho	56 526	3 945	14,33	41 796	3 329	12,56	2 844	1 022	2,78	1 331 497	2 863 331	0,47
Julho	56 569	3 980	14,21	40 741	3 324	12,26	2 258	1 011	2,23	1 331 780	2 871 468	0,46
Agosto	56 046	4 007	13,99	42 125	3 326	12,67	2 263	988	2,29	1 378 767	2 882 647	0,48
Setembro	55 520	4 045	13,73	42 379	3 303	12,83	1 928	857	2,25	1 394 775	2 891 826	0,48
Outubro	55 947	4 082	13,71	42 471	3 322	12,78	1 670	767	2,18	1 357 798	2 897 352	0,47
Novembro	55 866	4 111	13,59	43 068	3 336	12,91	1 451	677	2,14	1 380 445	2 902 101	0,48
Dezembro	56 099	4 133	13,57	42 637	3 346	12,74	1 180	593	1,99	1 372 866	2 909 131	0,47
2002												
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2001

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 381	51,98	178 801	9,89	675 824	37,40	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 071 499	50,78	206 641	9,79	818 940	38,81	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 193 061	48,09	192 236	7,75	1 080 298	43,54	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 460 149	41,64	487 515	13,90	1 537 436	43,84	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 671	40,36	647 327	18,15	1 461 837	40,98	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 080 774	49,01	577 509	13,60	1 562 648	36,80	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 261	11,54	1 740 800	35,86	28 727	0,59	4 854 032
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,06	3 932 564
2000 ⁽¹⁾	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001 ⁽¹⁾	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2000-2001

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2001		2000		Variação (%)	2001		2000		Variação (%)	2001 (%)	2000 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00	21,07	58 222 642	100,00	55 085 595	100,00	5,69	9,13	7,97
União Européia	1 890 819	35,56	1 547 435	35,23	22,19	14 865 365	25,53	14 784 089	26,84	0,55	12,72	10,47
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	957 412	18,00	662 226	15,08	44,57	14 378 147	24,70	13 366 060	24,26	7,57	6,66	4,95
Ásia (excl. Oriente Médio)	669 484	12,59	521 067	11,86	28,48	6 949 361	11,94	6 324 177	11,48	9,89	9,63	8,24
Mercosul	522 097	9,82	622 093	14,16	-16,07	6 363 655	10,93	7 733 070	14,04	-17,71	8,20	8,04
Oriente Médio	399 050	7,50	276 840	6,30	44,14	2 041 257	3,51	1 338 239	2,43	52,53	19,55	20,69
Demais da Aladi	325 118	6,11	328 003	7,47	-0,88	5 860 932	10,07	5 168 609	9,38	13,39	5,54	6,35
Europa Oriental	197 531	3,71	107 490	2,45	83,77	1 699 118	2,92	972 283	1,77	74,76	11,63	11,06
África	154 952	2,91	105 533	2,40	46,83	1 988 425	3,42	1 346 818	2,44	47,64	7,79	7,84
Outros ⁽¹⁾	201 046	3,78	221 404	5,04	-9,19	4 076 382	7,00	4 052 250	7,36	0,60	4,93	5,46
IMPORTAÇÃO	4 927 584	100,00	4 684 035	100,00	5,20	55 580 718	100,00	55 783 343	100,00	-0,36	8,87	8,40
União Européia	1 922 991	39,03	1 651 808	35,26	16,42	14 821 511	26,67	14 048 413	25,18	5,50	12,97	11,76
Mercosul	815 537	16,55	1 054 969	22,52	-22,70	7 010 001	12,61	7 796 132	13,98	-10,08	11,63	13,53
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	608 929	12,36	488 844	10,44	24,57	13 037 354	23,46	13 002 266	23,31	26,99	4,67	3,76
África	468 456	9,51	295 315	6,30	58,63	3 325 436	5,98	2 908 184	5,21	14,35	14,09	10,15
Ásia (excl. Oriente Médio)	409 942	8,32	339 344	7,24	20,80	8 924 823	16,06	8 592 987	15,40	3,86	4,59	3,95
Demais da Aladi	292 668	5,94	399 813	8,54	-26,79	3 008 948	5,41	3 863 370	6,93	-22,12	9,73	10,35
Europa Oriental	140 971	2,86	153 246	3,27	-8,01	1 112 134	2,00	1 161 512	2,08	-4,25	12,68	13,19
Oriente Médio	128 581	2,61	110 634	2,36	16,22	1 472 119	2,65	1 559 945	2,80	-5,63	8,73	7,09
Outros	139 509	2,83	190 062	4,06	-26,60	2 868 392	5,16	2 850 534	5,11	0,63	4,86	6,67

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JAN/OUT- 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 755 509	36,28	1 498 587	33,04	17,14
Grão	827 696	17,11	664 899	14,66	24,48
Farelo	642 387	13,28	632 540	13,95	1,56
Óleo	285 426	5,90	201 148	4,43	41,90
Material de transporte	1 051 166	21,73	1 007 420	22,21	4,34
Automóveis	587 884	12,15	661 133	14,58	-11,08
Motores para autoveículos	228 996	4,73	114 138	2,52	100,63
Autopeças	148 170	3,06	134 373	2,96	10,27
Tratores e partes	48 050	0,99	39 848	0,88	20,58
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	19 564	0,40	45 729	1,01	-57,22
Autoveículos comerciais leves e pesados	16 065	0,33	9 454	0,21	69,92
Outros	2 437	0,05	2 744	0,06	-11,21
Madeira	478 884	9,90	414 797	9,14	15,45
Compensado	187 338	3,87	159 004	3,51	17,82
Serrada	125 233	2,59	133 483	2,94	-6,18
Molduras	58 553	1,21	47 510	1,05	23,24
Obras de marcenaria/carpintaria	49 791	1,03	39 572	0,87	25,82
Outros	57 968	1,20	35 228	0,78	64,55
Carnes	392 478	8,11	368 695	8,13	6,45
Aves	296 892	6,14	289 459	6,38	2,57
Suínos	49 392	1,02	34 538	0,76	43,01
Bovinos	37 552	0,78	36 685	0,81	2,36
Outros	8 641	0,18	8 013	0,18	7,84
Cereais	201 648	4,17	280 283	6,18	-28,06
Milho	201 267	4,16	280 131	6,18	-28,15
Outros	381	0,01	152	0,00	150,84
Açúcar	123 774	2,56	149 474	3,30	-17,19
Em bruto	104 239	2,15	125 072	2,76	-16,66
Refinado	19 534	0,40	24 402	0,54	-19,95
Café	100 445	2,08	109 388	2,41	-8,18
Solúvel	65 347	1,35	79 458	1,75	-17,76
Grãos	25 141	0,52	19 662	0,43	27,87
Extratos, essências e concentrados	9 956	0,21	10 268	0,23	-3,03
Máquinas e instrumentos mecânicos	85 975	1,78	89 790	1,98	-4,25
Refrigeradores/congeladores	15 167	0,31	19 852	0,44	-23,60
Máquinas e implementos agrícolas	13 579	0,28	20 986	0,46	-35,29
Partes de bombas para líquidos	8 101	0,17	6 435	0,14	25,89
Outros	49 127	1,02	42 517	0,94	15,55
Papel	73 166	1,51	118 685	2,62	-38,35
Kraftliner para cobertura	26 760	0,55	11 650	0,26	129,71
Couché	5 707	0,12	35 959	0,79	-84,13
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	4 296	0,09	22 384	0,49	-80,81
Outros	36 404	0,75	48 692	1,07	-25,24
Químicos diversos	55 075	1,14	61 612	1,36	-10,61
Metais comuns	54 682	1,13	49 676	1,10	10,08
Artefatos de ferro/aço	12 107	0,25	19 922	0,44	-39,23
Outros	42 575	0,88	29 754	0,66	43,09
Minerais não metálicos	28 455	0,59	27 765	0,61	2,49
Couro e artigos derivados	25 199	0,52	71 883	1,58	-64,94
Couro preparado ou curtido	14 046	0,29	60 093	1,32	-76,63
Outros	11 153	0,23	11 790	0,26	-5,40
Fios e tecidos	23 442	0,48	24 414	0,54	-3,98
Outros	388 406	8,03	263 288	5,80	47,52
TOTAL GERAL	4 838 303	100,00	4 535 756	100,00	6,67

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A OUT 2001-2002

GRUPO/ITEM	2002		2001		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	744 246	26,56	1 031 335	23,78	-27,84
Autopeças	509 802	18,19	571 760	13,18	-10,84
Motores para autoveículos	92 968	3,32	91 468	2,11	1,64
Automóveis	50 868	1,82	229 262	5,29	-77,81
Pneumáticos para autoveículos	37 394	1,33	57 670	1,33	-35,16
Tratores	16 938	0,60	15 428	0,36	9,79
Autoveículos comerciais leves e pesados	12 556	0,45	38 629	0,89	-67,50
Outros	23 720	0,85	27 117	0,63	-12,53
Máquinas e instrumentos mecânicos	328 114	11,71	511 699	11,80	-35,88
Compressores e condicionadores de ar	50 690	1,81	63 640	1,47	-20,35
Máquinas para usinagem de metais	25 821	0,92	46 779	1,08	-44,80
Máquinas e implementos agrícolas	11 696	0,42	6 026	0,14	94,09
Partes de bombas para líquidos	10 551	0,38	14 584	0,34	-27,66
Outros	229 357	8,18	380 670	8,78	-39,75
Combustíveis e lubrificantes	249 642	8,91	544 290	12,55	-54,13
Óleo bruto de petróleo	239 625	8,55	494 083	11,39	-51,50
Outros	10 018	0,36	50 207	1,16	-80,05
Adbos e fertilizantes	235 081	8,39	249 693	5,76	-5,85
Produtos químicos diversos	198 108	7,07	206 119	4,75	-3,89
Material elétrico	173 406	6,19	816 520	18,82	-78,76
Equipamentos de telecomunicações	22 698	0,81	201 741	4,65	-88,75
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	16 481	0,59	30 318	0,70	-45,64
Equipamentos de informática	13 260	0,47	43 252	1,00	-69,34
Transformadores/conversores	10 430	0,37	19 410	0,45	-46,27
Condutores	9 473	0,34	114 648	2,64	-91,74
Outros	101 064	3,61	407 150	9,39	-75,18
Soja	129 946	4,64	84 025	1,94	54,65
Grão	120 357	4,29	81 919	1,89	46,92
Outros	9 589	0,34	2 106	0,05	355,37
Matérias plásticas	112 094	4,00	196 301	4,53	-42,90
Polietileno	22 958	0,82	76 253	1,76	-69,89
Chapas, folhas e tiras plásticas	17 963	0,64	20 561	0,47	-12,64
Outros	71 173	2,54	99 487	2,29	-28,46
Metais comuns	90 654	3,24	143 882	3,32	-36,99
Artefatos de ferro/aço	37 323	1,33	50 911	1,17	-26,69
Materiais de alumínio	17 957	0,64	27 777	0,64	-35,35
Outros	35 374	1,26	65 195	1,50	-45,74
Cereais	60 669	2,17	80 438	1,85	-24,58
Trigo	43 834	1,56	47 586	1,10	-7,89
Milho	6 582	0,23	18 483	0,43	-64,39
Outros	10 253	0,37	14 368	0,33	-28,64
Fios e tecidos	59 091	2,11	41 150	0,95	43,60
Sintéticos	20 260	0,72	12 146	0,28	66,80
Outros	38 831	1,39	29 004	0,67	33,88
Papel e celulose	29 696	1,06	83 466	1,92	-64,42
Pasta química	24 383	0,87	41 457	0,96	-41,19
Outros	5 313	0,19	42 008	0,97	-87,35
Outros	391 524	13,97	348 639	8,04	12,30
TOTAL GERAL	2 802 271	100,00	4 337 557	100,00	-35,40

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2002

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999 ⁽¹⁾	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000 ⁽¹⁾	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
Janeiro	215 414	231 910	-16 495	3 452 942	3 568 781	115 840
Fevereiro	236 611	269 295	-32 684	4 123 497	4 046 308	77 189
Março	308 708	303 235	5 472	4 471 669	4 451 932	19 737
Abril	378 485	377 749	736	4 181 447	3 996 332	185 115
Mai	471 586	390 049	81 536	5 062 755	4 698 914	363 840
Junho	400 823	402 141	-1 318	4 860 664	4 605 502	255 162
Julho	440 644	418 966	21 677	5 002 882	4 887 346	115 537
Agosto	460 668	504 604	-43 936	5 518 984	5 424 316	94 669
Setembro	345 139	442 647	-97 508	4 724 179	5 053 752	-329 573
Outubro	404 238	466 526	-62 287	4 637 535	5 185 488	-547 953
Novembro	380 408	436 527	-57 119	4 390 489	5 047 275	-656 786
Dezembro	349 368	441 021	-91 652	4 658 552	4 868 397	-209 845
2001 ⁽¹⁾	5 317 509	4 929 239	388 270	58 222 642	55 571 224	2 651 418
Janeiro	342 031	481 604	-139 573	4 537 905	5 014 239	-476 334
Fevereiro	291 205	363 109	-71 904	4 083 023	4 005 216	77 807
Março	362 878	446 295	-83 417	5 167 500	5 446 572	-279 072
Abril	514 221	521 807	-7 586	4 729 698	4 609 468	120 230
Mai	558 895	447 018	111 877	5 367 054	5 156 037	211 017
Junho	507 973	408 320	99 654	5 041 980	4 762 375	279 605
Julho	470 541	387 149	83 392	4 964 485	4 856 682	107 803
Agosto	553 452	471 318	82 134	5 727 436	5 099 342	628 094
Setembro	432 857	413 288	19 569	4 754 965	4 158 874	596 091
Outubro	501 703	397 466	104 236	5 002 529	4 757 086	245 442
Novembro	416 262	345 668	70 794	4 500 260	4 213 513	286 747
Dezembro	365 491	246 198	119 294	4 345 808	3 491 820	853 988
2002 ⁽¹⁾	4 210 306	2 469 593	1 740 712	43 518 090	35 661 780	7 856 310
Janeiro	250 849	239 247	11 602	3 971 829	3 801 359	170 470
Fevereiro	309 359	250 226	59 133	3 658 349	3 396 890	261 759
Março	332 361	266 057	66 304	4 260 412	3 664 434	595 978
Abril	372 907	338 076	34 832	4 641 400	4 160 545	480 855
Mai	364 982	312 627	52 354	4 441 380	4 024 836	416 543
Junho	343 324	230 789	112 535	4 078 559	3 399 125	679 434
Julho	492 269	289 292	202 977	6 223 334	5 027 292	1 196 042
Agosto	449 584	269 201	180 384	5 751 020	4 175 639	1 575 381
Setembro	1 294 671	274 079	1 020 592	6 491 807	4 011 659	2 480 148

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ESTIMATIVA DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – JAN 2001-OUT 2002

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)
2001	
Janeiro	5,31
Fevereiro	5,85
Março	6,51
Abril	5,79
Maio	6,06
Junho	6,28
Julho	6,56
Agosto	6,39
Setembro	5,95
Outubro	5,44
Novembro	4,89
Dezembro	4,02
Média Anual ⁽¹⁾	5,75
2002	
Janeiro	4,57
Fevereiro	5,07
Março	5,34
Abril	4,97
Maio	5,15
Junho	5,18
Julho	4,61
Agosto	5,15
Setembro	5,44
Outubro	5,49

FONTE: PME – IPARDES/IBGE

NOTA: Período de referência: semana.

(1) Média aritmética simples.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999-OUTUBRO 2002

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Novembro	0,42
2000	6,23	Dezembro	0,64
2001	5,90	2002	7,16
Janeiro	0,89	Janeiro	0,88
Fevereiro	-0,17	Fevereiro	0,20
Março	0,17	Março	0,40
Abril	0,67	Abril	0,78
Maio	0,45	Maio	0,47
Junho	0,31	Junho	0,55
Julho	1,05	Julho	0,52
Agosto	0,30	Agosto	0,60
Setembro	0,31	Setembro	1,12
Outubro	0,72	Outubro	1,44

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-SETEMBRO 2002

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2000	1 692	6 251
1977	1 356	8 826	2001	2 046	8 307
1978	1 614	9 636	Janeiro	265	237
1979	1 635	12 575	Fevereiro	233	615
1980	1 936	13 482	Março	278	851
1981	1 954	14 105	Abril	150	501
1982	1 179	6 606	Maiο	43	892
1983	1 079	3 345	Junho	81	900
1984	1 748	7 921	Julho	52	929
1985	2 167	9 728	Agosto	78	719
1986	2 029	10 588	Setembro	129	695
1987	2 121	9 479	Outubro	213	741
1988	1 567	8 847	Novembro	260	613
1989	1 386	6 189	Dezembro	264	614
1990	885	4 111	2002		
1991	584	2 677	Janeiro	301	401
1992	593	2 893	Fevereiro	279	652
1993	1 038	4 475	Março	286	702
1994	1 707	9 011	Abril	132	901
1995	859	5 095	Maiο	126	787
1996	897	4 180	Junho	128	635
1997	1 296	6 062	Julho	40	1 180
1998	1 380	6 025	Agosto	142	921
1999	1 351	4 854	Setembro	234	1 066

FONTE: Anfavea; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 11 – PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-OUTUBRO 2002

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maiο	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	3 535	4 660	112 081
Janeiro	-	241	4 722
Fevereiro	-	432	10 956
Março	-	520	12 335
Abril	416	554	13 080
Maiο	306	526	12 137
Junho	702	463	10 720
Julho	403	474	13 169
Agosto	505	397	10 048
Setembro	517	501	11 435
Outubro	686	552	13 479

FONTE: ANFAVEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.